



PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

BICAL – BIRIGUI CALÇADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	3
2. EMPRESA	4
2.1. APRESENTAÇÃO	4
2.2. HISTÓRICO DA EMPRESA ATÉ O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	4
2.3. CRISE ECONÔMICA FINANCEIRA DAS EMPRESAS	6
3. GRAVE CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA MUNDIAL E DOS ELEVADOS “SPREADS” E ENCARGOS BANCARIOS 7	
4. AÇÕES TOMADAS PARA REVERSÃO DA CRISE	12
5. ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE RECUPERAÇÃO	13
5.1. INTRODUÇÃO	13
5.2. ETAPA QUANTITATIVA	13
5.2.1. DADOS GERAIS	13
5.2.2. ANÁLISE DO AMBIENTE DE UM SETOR DE ATIVIDADE	13
5.2.3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO	14
5.3. ETAPA QUANTITATIVA – LAUDO ECONÔMICO FINANCEIRO	14
5.3.1. BALANÇO PATRIMONIAL E D.R.E.	14
5.3.2. ANÁLISE VERTICAL DO BALANÇO PATRIMONIAL E D.R.E.	14
5.3.3. ANÁLISE DOS ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO	17
5.3.4. ANÁLISE DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ	18
5.3.5. ANÁLISE DOS ÍNDICES DE NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO	20
5.4. ETAPA QUANTITATIVA – VIABILIDADE DE RECUPERAÇÃO	20
5.4.1. QUADRO DE PROJEÇÃO DA RECEITA BRUTA	21
5.4.2. PROJEÇÃO DE BALANÇOS PATRIMONIAIS E DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS	21
5.4.3. ANÁLISE DAS PROJEÇÕES	22
5.4.4. PREMISSAS ADOTADAS NAS PROJEÇÕES	22
5.5. PROPOSTA AOS CREDITORES	23
5.5.1. QUADRO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	24
5.5.2. QUADRO DE EVOLUÇÃO DO SALDO DEVEDOR	24
6. DESALIAENAÇÃO DE IMOBILIZADO	24
7. GARANTIAS PESSOAIS	25
8. GARANTIAS REAIS	25
8.1. LIBERAÇÃO DE GARANTIAS REAIS	25
8.2. RENOVAÇÃO DE PENHOR DE RECEBÍVEIS E/OU TÍTULOS DE CRÉDITO	26
9. PÓS – HOMOLOGAÇÃO – EFEITOS DO PLANO	26

9.1.	VINCULAÇÃO DO PLANO	26
9.2.	CONFLITO COM DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS.....	26
9.3.	PROCESSOS JUDICIAIS.....	26
10.	MODIFICAÇÃO DO PLANO.....	27
11.	EVENTO DE DESCUMPRIMENTO DO PLANO.....	27
12.	CESSÕES	28
13.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
	ANEXO I (BALANÇO PATRIMONIAL E D.R.E.)	30
	ANEXO II (PROJEÇÃO DE BALANÇOS PATRIMONIAIS E DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS)	33

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este documento foi elaborado em atendimento ao artigo 53 da lei 11.101/2005 (nova Lei de Falências e Recuperações de Empresas) sob a forma de um Plano de Recuperação Judicial para **BICAL – BIRIGUI CALÇADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**

A Empresa requereu em 26/10/2011 o benefício legal de uma Recuperação Judicial, cujo deferimento ocorreu em 27/10/2011.

Para o devido suporte na elaboração do Plano de Recuperação Judicial, as empresas **BICAL – BIRIGUI CALÇADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.** contratou a **JMLIMA ASSESSORIA ECONOMICO E FINANCEIRA S/C.**, sociedade especializada em planejamento estratégico e recuperação empresarial, responsável final pela elaboração e subscrição do presente documento.

Em síntese, o Plano de Recuperação Judicial ora apresentado propõe a concessão de prazo e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas das empresas **BICAL – BIRIGUI CALÇADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, consoante os ditames do artigo 50 da lei 11.101/2005.

As condições a seguir descritas atendem não só às exigências da Nova Lei de Falências e Recuperações de Empresas, mas também foram preparadas tendo em vista as mais modernas técnicas de administração e gestão empresarial.

Sendo assim, a demonstração da viabilidade econômica, de que trata o art. 53, inciso II da Lei 11.101/2005 é objeto do item 5.4.2. do qual se observa a compatibilidade entre proposta de pagamento aos credores e a geração de recursos da **BICAL – BIRIGUI CALÇADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.** O laudo econômico e financeiro, por sua vez é apresentado no item 5.3. e foi apoiado nas informações prestadas pela empresa e pelos documentos entregues em juízo conforme art.51 da lei.

2. EMPRESA

2.1. APRESENTAÇÃO

BICAL – BIRIGUI CALÇADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 45.377.272/0001-43, com contrato social e respectivas alterações registradas perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob NIRE nº. 35.202.066.851, com sede na Travessa Marechal Deodoro, nº. 56, Centro, CEP: 16200-010, Município de Birigui, Estado de São Paulo.

2.2. HISTÓRICO DA EMPRESA ATÉ O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Empresa BIRIGUI CALÇADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, desde sua constituição em 24 de Dezembro de 1965, É empresa sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo como sócios e administradores o Sr. Sérgio Augusto Clark Xavier Soares e o Sr. Silas Ibanhez Soares, devidamente qualificados no Contrato Social Consolidado (Doc.33/34), sendo que a Ficha Cadastral Completa da Junta Comercial encontra-se anexa, demonstrando sua regularidade.

As atividades da empresa atualmente são: Fabricação e Comercialização de Calçados e suas partes, Peças e Componentes, de todas as espécies e finalidades, em todos os materiais possíveis, tais como, Couro, Borrachas, Materiais Plásticos, Tecidos, Fibras Naturais ou Sintéticas, assim como de Artigos do Vestuário em Geral e, ainda, a Prestação de Serviços Industriais em qualquer dos dois ramos.

A matriz da empresa está localizada no Município de Birigui/SP, existindo ainda 3 (três) filiais, sendo 2 (duas) localizadas também em Birigui e 1 (uma) no Município de Aparecida do Taboado - Estado de Mato Grosso do Sul.

Na vanguarda do segmento calçadista, a empresa investiu e inovou em sua marca e design dos produtos, durante a primeira metade da década de setenta. A partir do início da década de oitenta, além dos sapatos, a empresa ampliou o seu portfólio, passando a produzir botas.

No ano de 1986, as sandálias ortopédicas passaram a ser outro forte componente dentre os produtos BICAL. Tais produtos ganharam espaço no mercado, principalmente em decorrência da anatomia e do conforto proporcionado aos usuários, permitindo que a marca “BICAL” se tornasse referência em produtos ortopédicos infantis.

Em 1988, a Requerente passou a produzir tênis infantis, um produto que revolucionou o mercado calçadista nacional. Ao longo da década de noventa, a empresa continuou inovando em design de produtos e da marca.

Na última década, a empresa vem ampliando o seu mercado e buscando novos nichos, como o público adolescente.

Ressalte-se que, a quantidade/variedade de seus produtos e a força de sua marca foram fatores que contribuíram para a consolidação da empresa no mercado nacional e abriram portas do comércio internacional. Nesse período a Requerente ampliou as exportações de seus produtos, atuando em 84 países em todos os continentes ao redor do mundo.

O “mix” de produtos da Requerente é amplo e bastante diversificado, sendo que em suas fábricas a mesma produz: tênis, papetes, sandálias, tamancos, chinelos, botas e sapatos. O seu público alvo é formado por meninos e meninas de 0 a 14 anos de idade.

A empresa tem como responsabilidade social, projetos de apoio a escolas do Brasil, entidades assistenciais e projetos esportivos de inclusão social, possuindo certificado de empresa “amiga da criança” e Fundação Abrinq.

Atualmente a empresa possui um efetivo de 339 (trezentos e trinta e nove) funcionários (Relação Completa dos Empregados ativos, Funções e Salários – Doc. 27), bem como seus prestadores de serviços autônomos, tais como os 36 (trinta e seis) representantes comerciais, além de outros inúmeros colaboradores indiretos, que conseguem seu sustento trabalhando em empresas e fornecedores de serviços à primeira, preocupando-se, inclusive, com o aspecto social e manutenção do trabalho dos mesmos.

Em resumo, desde sua constituição, a empresa procurou sempre desenvolver e diversificar sua atuação no mercado, atingindo, assim, papel de destaque no setor, preservando posição econômica significativa, bem como mantendo uma preocupação social importante para o bem-estar comum, não só das comunidades próximas de seu estabelecimento, sendo esta uma filosofia da empresa, seus sócios e administradores.

Mercê de sua plena dedicação no que faz, a Requerente é reconhecida como grande empresa no segmento da indústria de calçados, sendo respeitada por seus parceiros, fornecedores e empregados e, inclusive, por instituições financeiras, tendo até bem pouco tempo imagem de idoneidade industrial, comercial e financeira.

Esse desenvolvimento da Requerente foi realizado ao longo de quase 46 (quarenta e seis) anos sob concretos fundamentos de gestão e capacitação e sem endividamento significativo até algum tempo atrás.

O sucesso de suas operações industriais e comerciais depende, exclusivamente, do êxito do mercado e de uma economia aquecida e sem sobressaltos, bem como da capacidade de compra do público consumidor de seus produtos.

Porém, face à crise financeira de 2008 houve uma grande perda de vendas para o mercado externo e, logo em seguida, houve concorrência dos produtos provenientes da China, fatores que alteraram drasticamente a situação econômico-financeira da empresa, como será demonstrado mais detalhadamente adiante.

2.3. CRISE ECONÔMICA FINANCEIRA DAS EMPRESAS

Retratado o histórico da empresa e sua atuação, passa-se a abordar os aspectos que levaram a Requerente à atual e grave situação econômico-financeira. Senão vejamos:

Como referido anteriormente, a empresa foi constituída em 1983, atuando fortemente no mercado com evolução e constante desenvolvimento, tendo conseguido superar todas as crises desde então.

Não obstante, crucial observar que, a partir da crise mundial de 2008/2009, a situação econômico-financeira da Requerente agravou-se drasticamente.

Até então, a empresa, que havia atravessado incólume as crises pontuais do mercado brasileiro, sentiu os efeitos mais drásticos da notória crise mundial.

Contudo, a partir de 2008 as exportações de calçados entraram em queda livre. Em 2008 foi registrada uma queda de 6,4%, passando de 177 milhões de pares para 165,7 milhões. Em 2009 a queda nas exportações continuou. A quantidade de pares exportados pelo Brasil, que no primeiro quadrimestre de 2008 era de 67,4 milhões, caiu para 49,5 milhões no mesmo período de 2009, uma queda de 26,5%.

Dessa forma, como referido, a Requerente teve grande perda de vendas para o mercado externo e, na sequência, enfrentou a concorrência dos produtos provenientes da China. A empresa até tentou, nesta época, importar produtos da China e vender no Brasil, mas teve grandes prejuízos por problemas de qualidade.

Portanto, face à concorrência chinesa e à valorização do real - onde os produtos se tornam caros para o mercado externo -, a receita da Requerente na exportação, que em 2007 era de R\$ 11 Milhões, passou para R\$ 2,9 Milhões em 2010.

Todo o setor calçadista sentiu a concorrência chinesa, sendo que a Requerente foi obrigada a perder margens para fazer frente aos produtos chineses.

Diante desse cenário, a Requerente foi obrigada a ajustar as fábricas, inclusive com redução do quadro de funcionários, aumentando assim suas despesas. Conseqüentemente, houve necessidade da mesma obter recursos e financiamentos de capital de giro.

Acrescente-se, como divulgado pela própria mídia, que “essa difícil situação, agravada pela crise econômica mundial de 2008, já vinha ocorrendo há mais tempo no setor calçadista devido à concorrência do grande capital que se deslocou para a China nas últimas décadas, com o objetivo de explorar em altíssimo grau a força de trabalho do operariado chinês, conseguindo assim produzir calçados a custos bem mais baixos do que o custo dos calçados brasileiros”.

Além da crise, o setor calçadista brasileiro vem passando, nas últimas décadas, por um período bastante preocupante no que se refere à manufatura, geração de trabalho e renda, devido à concorrência da China, um país que está em grande desenvolvimento.

Ainda, o setor calçadista sofre atualmente com problemas de mão de obra, notando-se que os trabalhadores estão migrando para outros setores e, nos períodos de baixo faturamento que normalmente estão concentrados nos meses de Janeiro, Junho e Julho, as empresas são obrigadas a manter a folha de pagamento sem dispensas, pois não conseguem recontratar nos períodos de forte faturamento.

Assim, a concorrência com o grande capital instalado na China e a crise econômica mundial tem provocado demissões em massa nas indústrias de calçados brasileiras, desde 2007.

Em 2009, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram que “a produção industrial de calçados acumula quedas anuais consecutivas desde 2005, enquanto o emprego no setor apresenta dados negativos há quase nove anos.” Demonstraram ainda que “O recuo desmobilizador veio em cima de uma base já deprimida, pois em 2008 os calçadistas acumularam uma queda de 6,8%. Até o fim de maio, os empregos na indústria de calçados encolheram 10,4% e eles têm resultados negativos desde 2001.”

Dessa forma, convaléscente de grave crise em suas operações, a Requerente se viu às voltas com essas sérias dificuldades. Pois, como relatado, o mercado, como um todo, estava enfrentando os mesmos percalços e todas as empresas do setor, independente de suas escalas de comércio, viviam seus dias difíceis de grande aperto financeiro.

A empresa, que já vinha operando sem capital de giro próprio, operou com prejuízo insuportável face as suas despesas correntes, associadas aos compromissos e passivos acumulados na crise mundial.

O primeiro reflexo dessa situação foi o crescimento do endividamento, criando, por conseguinte, situação insustentável para manter as operações, haja vista a falta de recursos para pagá-los.

A situação atingiu tal grau de insustentabilidade que está exigindo da Requerente incriveis esforços para sobreviver, estando em fase de elaboração de plano de recuperação, o qual apresentará no prazo da Lei 11.101/2005.

3. GRAVE CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA MUNDIAL E DOS ELEVADOS “SPREADS” E ENCARGOS BANCARIOS

Não obstante todo o descrito até aqui, cabe frisar que, nos últimos anos, como qualquer outra empresa no Brasil -, a Requerente passou a tomar crédito perante as instituições financeiras para, inclusive, investir na sua estrutura, fazendo-o com o fito de poder atender à demanda e o maior rigor do mercado.

É fato, por outro lado, que a Requerente enfrentou, também, problemas operacionais e de estrutura administrativa e comercial, além das dificuldades em obter preços mais justos para comercializar os produtos.

Ainda, é importante destacar alguns fatos relevantes e que implicam na caracterização da evidenciada boa-fé da Requerente:

a) A Requerente nunca agiu de má-fé e sempre esteve em endereço fixo, com a presença de seus dirigentes, que nem nos momentos de crise deixaram de estar à frente da empresa, trabalhando diariamente e se expondo inclusive perante seus credores e clientes;

b) A Requerente tinha crédito perante as instituições financeiras, que lhe forneceram recursos durante longo tempo, inclusive para capital de giro;

c) A Requerente, no contexto do orçamento de 2007/2008, estaria apta a cumprir os compromissos assumidos, contando, para isso, com carteira de pedidos e que, até recentemente, era factível e justificava compromissos assumidos. Porém, a crise mundial que se instalou terminou por desestabilizar ainda mais o mercado e a empresa restou com EBTDA negativo;

d) Os juros praticados pelo mercado financeiro no ano de 2008 atingiram pico inimaginável, sendo o spread bancário brasileiro considerado o maior do mundo, qual seja, 25% maior do que a média mundial, superior – por exemplo –, ao cobrado pela máfia napolitana no seu constante processo de agiotagem;

e) O sistema bancário brasileiro vem cortando as linhas de crédito para o setor produtivo, querendo, simplesmente, liquidar as operações correntes e se apoderar, em definitivo, do fruto de títulos caucionados ou descontados, não renovando as linhas nos moldes anteriormente concedidos, implicando no enriquecimento indevido do setor financeiro, em detrimento do setor produtivo nacional.

Ocorre, porém, que o mundo foi – inexoravelmente –, atingido por grave e inesperada crise econômica - que se instalou inicialmente nos Estados Unidos da América a partir de agosto de 2008 e se espalhou pelo mundo todo a partir de setembro de 2008, com efeitos imprevisíveis e ainda não

totalmente exauridos, visto que suas consequências perduram, para grande parte do mercado, até os atuais dias - como no caso da Requerente -, sendo que, posteriormente, nova grave crise atingiu a Grécia, afetando as bolsas de valores de todo o mundo, muito além da Europa, que vêm crescendo a cada dia numa crise ainda maior, inclusive em países antes com grande relevo na economia.

No primeiro momento, a crise se afigurou exclusivamente financeira, provocada pela irresponsabilidade e pela ganância do sistema financeiro mundial, porém veio adquirindo contornos de crise econômica como um todo.

A redução do crédito foi imediata, bem como o aumento do custo do mesmo – do escasso crédito remanescente – o que atingiu, por consequência, a economia do ponto de vista do desempenho, de total oscilação e instabilidade, ocorrendo forte e abrupta desaceleração nas maiores economias do mundo, estando algumas em completo estado de recessão.

O Brasil veio sendo gradativamente atingido pela crise e os segmentos mais atingidos foram o industrial, o comercial, o da construção, e diversos outros, que ainda estão sofrendo os seus efeitos.

A maior valorização do real em relação ao dólar ampliou a diferença de preço entre os produtos oferecidos por fabricantes nacionais e os importados.

No final, como é de se esperar, países em desenvolvimento – e que se encontravam em franco crescimento, como o Brasil –, foram e ainda estão sendo castigados pela crise.

Diante de tais fatos e com a restrição de crédito imposta pelas instituições financeiras – que não aceitam renovar linhas de crédito, muito menos parcelar os débitos atualmente existentes em prazos e condições aceitáveis –, e ainda, com a enorme crise que atingiu frontalmente a indústria nacional, ocorreram perdas financeiras significativas para a Requerente, numa desordem que aumenta e multiplica os efeitos do colapso havido no mercado e penaliza as empresas.

Vale lembrar que a partir de 2008, outros fatores já vinham ocorrendo e também contribuíram para a atual situação econômico-financeira enfrentada pela Requerente, quais sejam:

a) um crescimento de mercado a custo de margens reduzidas, com prazos médios de vendas dilatados, e, em contrapartida, o prazo médio de compras de matérias-primas não alinhados aos prazos médios de vendas, o que gerou um descompasso no fluxo de caixa;

b) a elevação de juros e encargos financeiros que atingem diretamente a Requerente, deixando-a fragilizada devido o alto custo na sua operação, além de todos os custos operacionais envolvidos – energia, telefone, salários, encargos da folha, afora a elevada carga tributária brasileira;

c) como é do conhecimento de todos, a sistemática adotada pelo Governo Brasileiro para conter a inflação, a elevação da taxa SELIC numa receita perversa para manter a inflação sob controle, foi estratégia de todo equivocada que impede o crescimento do Brasil e destrói inúmeras empresas nacionais;

d) altas taxas de juros e câmbio desvalorizado equivalem a engessar a atividade produtiva do país. As taxas de juros elevadas desestimulam o consumo e tornam penoso todo e qualquer investimento, e a moeda nacional supervalorizada favorece a importação, ampliando, por conseqüência, a desindustrialização do país, que resvalam diretamente na atividade da Requerente;

e) as dificuldades aumentaram em muito em razão dos últimos acontecimentos em nosso país, da instabilidade do mercado financeiro internacional, bem como face à globalização e à política econômica nacional, culminado pelo fato do Governo Federal procrastinar um ajuste fiscal/tributário suportável aos empresários em geral.

Portanto, a soma de todos os fatores acima narrados comprometeu totalmente o fluxo de caixa da empresa, cessando seu capital de giro próprio, gerando uma necessidade de captação de recursos de curto prazo junto às instituições financeiras e colaborando mais ainda para uma situação de inadimplência, ao ver-se impedida de cumprir em dia tantos compromissos.

Face às circunstâncias citadas, a empresa se viu diante de uma situação de dificuldades, agravada por estar descapitalizada, o que via de conseqüência a levou a um endividamento crescente.

Afora isso, importante ressaltar que a Requerente procurou as instituições financeiras e seus fornecedores para repactuar suas dívidas, mas não vem encontrando guarida em suas pretensões, mesmo estando claro que a imprevisibilidade da crise econômica mundial desequilibrou totalmente os contratos firmados antes dela.

As instituições financeiras acenam – sempre -, com corte das linhas atuais e parcelamentos de curto prazo e a custos proibitivos, evidenciando – cada vez mais, o privilégio com o que são tratadas essas instituições em detrimento da indústria brasileira.

Por vezes encontra uma ou outra instituição financeira interessada em repactuar suas dívidas, porém em prazos e condições que lhe impedem o pagamento, bem como não querendo lhe

liberar os recebíveis caucionados, o que lhe impossibilita, no curto prazo, a seqüência de suas atividades operacionais, o que se afigura como inaceitável.

Outro ponto negativo de destaque é que, nesse momento, é difícil precisar qual será o efetivo faturamento da Requerente nos próximos meses, posto que o mercado, os fornecedores e os clientes ainda não sinalizam suas verdadeiras tendências, face às novas crises mundiais que se apresentam, bem como não se sabe, ao certo, quando o setor poderá repor as margens de lucratividade perdidas nos últimos anos.

Nessa mesma linha e pelas razões acima - visando uma recuperação da sua condição financeira -, a Requerente vem buscando equalizar suas deficiências operacionais, administrativas e comerciais, promovendo uma reestruturação geral, lastreada em um planejamento estratégico de médio a longo prazo, equacionando sua realidade atual e apertada ao fluxo de caixa corrente, trabalho este que está em andamento através dos respectivos profissionais, capacitados para tanto.

Todavia, apesar de todas as dificuldades referidas, a Requerente entende que essa situação é transitória e tem a convicção que terá condições de transpassá-las, a fim de arcar com os seus compromissos.

Como demonstrado, a Requerente se consubstancia como empresa de importância em seu segmento, com grande atuação no mercado, além de usufruir de respeito junto a seus clientes e fornecedores, tentando, na medida do possível, arcar com suas responsabilidades e compromissos.

Além dos fatos acima, que retratam a situação enfrentada pela BICAL, há ainda que se ressaltar o aspecto social, qual seja, de que a mesma atualmente emprega 339 (trezentos e trinta e nove) trabalhadores diretamente (Doc. 27), bem como possui 36 (trinta e seis) representantes comerciais autônomos, afora os outros colaboradores indiretos que tem seu sustento trabalhando em empresas que fornecem/prestam serviços à Requerente, denotando seu empenho e esforço para não desamparar seu conjunto de parceiros, tudo visando o bem social de seus empregados e daqueles que com a empresa contribuem – direta ou indiretamente - para o desenvolvimento do nosso país.

Dessa forma, há de se levar em conta a importância da requerente no contexto social das comarcas de Taboado e Birigui.

Desse modo, a finalidade da Requerente é de transpassar a atual crise econômico-financeira, visando a manutenção da sua capacidade, do emprego dos funcionários e colaboradores, bem como visando preservar a empresa, os interesses de seus credores e a geração de tributos e riquezas, mantendo-se em atividade, exercendo, assim, sua função social e estimulando a atividade

econômica, tudo na forma disposta no artigo 47 da Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas.

Destaca-se, por oportuno, que o legislador falimentar pretendeu dar ampla vigência às diretrizes impostas pelos princípios constitucionais da função social da propriedade e do incentivo à atividade econômica (Constituição Federal, artigos 170, II e 174).

4. AÇÕES TOMADAS PARA REVERSÃO DA CRISE

Nessa mesma linha e pelas razões acima, visando uma recuperação da sua condição financeira -, a Empresa contrataram consultores, buscando equalizar suas deficiências operacionais e administrativas, promovendo uma reestruturação geral lastreada em um planejamento estratégico de médio a longo prazo, equacionando suas realidades atuais ao fluxo de caixa corrente, trabalho este que está em pleno andamento através dos respectivos profissionais capacitados para tanto, que ora detalhamos:

- ✓ *Reavaliação de toda constituição de custos, dimensionando produto a produto, quantidades horas homem, material envolvido, perdas do processo, valores de compra de matéria prima, de forma a elaboração dos custos corretamente;*
- ✓ *Reestruturação da tabela de vendas, definindo novos preços com base nos custos reavaliados;*
- ✓ *Trabalho Junto ao Mercado para aceitação da nova política de preços;*
- ✓ *Melhoramento na integração dos processos de vendas, marketing, compras e produção, visando redução do ciclo econômico comercial;*
- ✓ *Melhoria contínua dos controles internos;*
- ✓ *Foco na venda de produtos com maior margem e que propiciassem a customização (aproveitamento) melhor das matérias primas;*
- ✓ *Redução das despesas com operações financeiras;*
- ✓ *Monitoramento na expedição visando eliminar o envio de cargas com erros de produtos ou quantidades aos clientes;*
- ✓ *Implantação de controle sobre a produção para eliminar o desperdício de matéria prima na composição dos produtos;*
- ✓ *Compra de matérias primas à vista;*
- ✓ *Contratação de empresa especializada em desenvolvimento estratégico e administração empresarial;*
- ✓ *Implantação de inventários periódicos;*
- ✓ *Otimização e manutenção de maquinário produtivo para redução de desperdícios*
- ✓ *Elaboração de Plano de Recuperação Judicial;*
- ✓ *Reestruturação do setor industrial, criando setores por etapa de produção objetivando a redução de desperdícios;*

- ✓ *Plano de reestruturação no setor comercial, com o objetivo de obter uma estrutura que fortaleça a alavancagem de vendas e ampliar a participação do produto no mercado.*

5. ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE RECUPERAÇÃO

5.1. INTRODUÇÃO

O Plano de Recuperação Judicial foi precedido de um estudo de Planejamento Estratégico. Tem por objetivo viabilizar, de acordo com a Lei 11.101/2005, a reestruturação financeira da **BICAL – BIRIGUI CALÇADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, preservando sua função social na comunidade brasileira, mantendo sua entidade geradora de bens, recursos, empregos (diretos e indiretos) e tributos.

O Plano é focado na preservação dos interesses de seus CREDORES e na geração de empregos, estabelecendo as condições financeiras frente a atual situação da Empresa e de mercado.

5.2. ETAPA QUANTITATIVA

5.2.1. DADOS GERAIS

A missão da **BIRIGUI CALÇADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, “Oferecer a melhor proposta de valor (produtos + serviços) do segmento de calçados infanto-juvenil”.

5.2.2. ANÁLISE DO AMBIENTE DE UM SETOR DE ATIVIDADE

Esta análise está baseada nas principais forças competitivas que interferem na elaboração de estratégias das empresas. Conhecida em administração como força de Porter.

O setor de atividade em que a **BICAL – BIRIGUI CALÇADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, está inserida tem como principais aspectos negativos as exportações das matérias ou produtos, adquiridas diretamente pelos clientes, principalmente as grandes empresas no ramo calçadista.

Cabe observar que a empresa depara-se no mercado com diferentes níveis de concorrentes quer nos seus atributos qualitativos, quer na quantidade de opositores.

Este cenário competitivo é suplantado a partir da proposta de valor dos produtos da **BICAL – BIRIGUI CALÇADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, nas suas características diferenciadas percebidas pelos clientes. Estas características, como vistas acima, estão refletidas na imagem de qualidade assegurada e pelo tempo de existência da marca da empresa e os padrões de qualidade adotados pela **BICAL – BIRIGUI CALÇADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**

5.2.3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

Foram levantadas as atividades de maior importância e os maiores investimentos realizados pela empresa e suas estratégias vigentes. Tanto ações de maiores importância quanto as de maior investimento estão voltadas a retomada do crescimento da empresa. As estratégias vigentes são ações percebidas em nossa análise como ações que já estão sendo praticadas.

Cabe observar que a atuação da gestão nos últimos meses voltou-se para uma nova definição estratégica com foco no desenvolvimento do mercado interno e abertura de novos clientes.

Entretanto, os resultados esperados têm resposta mais lenta em função do agravamento da situação econômica financeira da empresa, o que acarretou dificuldade na obtenção de recursos financeiros para o financiamento das operações.

5.3. ETAPA QUANTITATIVA – LAUDO ECONÔMICO FINANCEIRO

5.3.1. BALANÇO PATRIMONIAL E D.R.E.

A seguir os Balanços patrimoniais e as demonstrações de resultados dos anos de 2008, 2009, 2010 e balanço especial de 30/09/2011 (Vide Anexo I).

5.3.2. ANÁLISE VERTICAL DO BALANÇO PATRIMONIAL E D.R.E.

A análise vertical do Balanço Patrimonial demonstra a participação percentual de cada conta em relação ao total do ativo e passivo. Assim, pode-se verificar o comportamento dos valores apresentados no mesmo e identificar possíveis distorções que mereçam análise específica em determinados períodos .

ANALISE VERTICAL - BALANÇO PATRIMONIAL

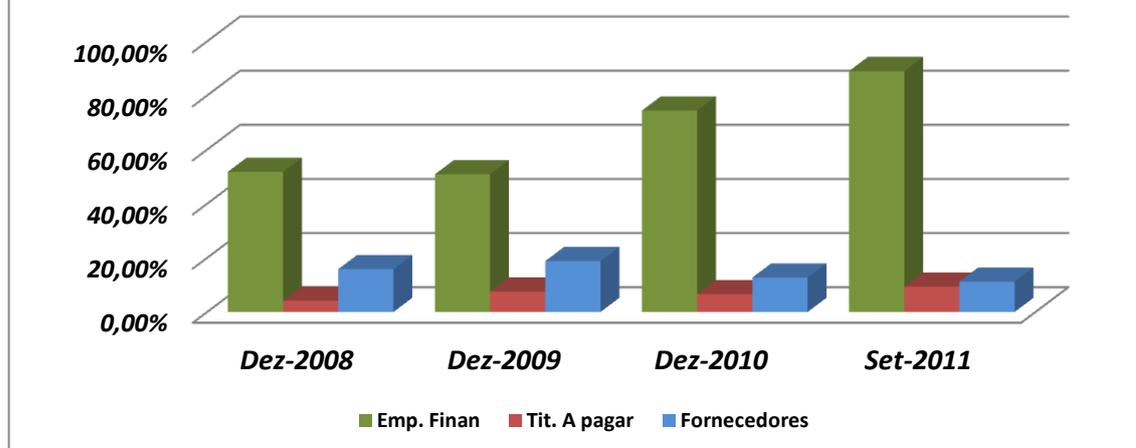
Exercícios findos em 31/12/2008, 31/12/2009, 31/12/2010 e 30/09/2011

	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2010	30.09.2011
ATIVO	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
ATIVO CIRCULANTE	89,87%	90,77%	90,04%	62,53%
Caixa	0,78%	0,86%	0,71%	0,66%
Bancos c/Movimento	1,36%	1,80%	0,87%	1,18%
Bancos c/Especiais	0,00%	0,00%	12,20%	0,00%
Bancos c/Mercado Aberto	1,57%	3,33%	1,30%	2,77%
Valores em Moedas Estrangeiras	0,05%	0,05%	0,04%	0,03%
Estoques	44,30%	41,72%	36,74%	32,26%
Adiantamentos	0,35%	3,68%	3,08%	2,67%
Contas a Receber	0,14%	0,12%	-0,26%	0,02%
Duplicatas a Receber	65,49%	45,73%	39,23%	38,16%
Duplicatas Descontadas	0,00%	0,00%	0,00%	-4,83%
Saques de Exportação	-19,45%	-2,92%	-0,47%	-1,19%
Provisão p/Devedores Duvidosos	0,00%	0,00%	0,00%	-6,36%
Bancos Conta Vendedor	-12,12%	-15,92%	-16,20%	-13,22%
Bancos Conta Vinculada	1,10%	1,07%	1,32%	1,72%
Cheques a Receber	0,51%	0,87%	1,33%	1,14%
Cauções e Depósitos	0,16%	0,15%	0,11%	0,10%
Outros Direitos Realizáveis	0,20%	0,20%	0,15%	0,13%
Premios de Seguros a Vencer	0,16%	0,19%	0,24%	0,27%
Despesas Financ. a Apropriar	0,35%	0,17%	1,92%	1,69%
Tributos a Apropriar	4,59%	4,68%	3,78%	3,33%
Despesas Antecipadas	0,34%	5,00%	3,97%	2,00%
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	10,13%	9,23%	9,96%	37,47%
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	0,40%	0,47%	2,07%	30,22%
Depósitos	0,23%	0,41%	0,18%	0,18%
Outros Direitos Realizáveis	0,05%	0,05%	0,04%	0,03%
Desp. Financeiras a Longo Prazo	0,12%	0,00%	1,63%	29,85%
Outras Despesas a Apropriar	0,00%	0,00%	0,22%	0,16%
ATIVO PERMANENTE	9,73%	8,76%	7,89%	7,24%
Investimentos	0,01%	0,01%	0,01%	0,00%
Imobilizado	21,22%	20,44%	17,27%	15,68%
Depreciações Acumuladas	-15,49%	-15,60%	-12,26%	-10,99%
Diferido	3,99%	3,91%	2,87%	2,54%
PASSIVO	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
PASSIVO CIRCULANTE	71,16%	77,23%	57,73%	62,08%
Fornecedores	15,84%	18,84%	12,74%	11,24%
Cred. Representantes/Autonomos	-0,05%	-0,33%	-0,39%	0,04%
Creditos Pro/Labore dos Socios	0,25%	0,45%	0,50%	0,56%
Contas a Pagar	4,19%	7,54%	6,58%	9,24%
Titulos a Pagar	0,00%	0,00%	0,00%	0,09%
Credores Diversos	0,01%	-0,01%	-0,02%	0,01%
Financ. De Capital Circulante	50,93%	50,75%	38,31%	40,91%
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	1,79%	0,08%	36,06%	57,80%
Credores Diversos	0,91%	-0,05%	-0,07%	9,68%
Financ. p/ o Ativo Permanente	0,88%	0,13%	-0,16%	0,97%
Financ. De Capital Circulante	0,00%	0,00%	36,29%	47,15%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27,05%	22,69%	6,21%	-19,88%
Capital Social	14,72%	4,78%	3,50%	3,09%
Reservas	7,41%	13,88%	10,17%	-0,05%
Lucros ou Prejuizos Acumulados	4,79%	4,81%	-4,19%	-7,86%
Lucros ou Prejuizos do Período	0,13%	-0,77%	-3,28%	-15,06%

Neste item, é interessante observar o aumento dos percentuais em relação à dívida da empresa por Financiamento de Capital Circulante que salta de 0,00% ao final de 2008, para 47,15% em 2011.

No mesmo sentido nota-se uma variação percentual significativa da rubrica "Financiamentos" Não-Circulante. (2008 14,98% e 2011 47,34%).

Análise Vertical Passivo Circulante



A análise vertical das Demonstrações de Resultados permite identificar o percentual de participação de cada conta em relação ao faturamento bruto da empresa. Pode-se identificar portanto, qual é o percentual de margem líquida da empresa nos anos de 2008, 2009, 2010 e 30/09/2011, conforme quadro abaixo:

ANÁLISE VERTICAL - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Exercícios findos em 31/12/2008, 31/12/2009, 31/12/2010 e 30/09/2011

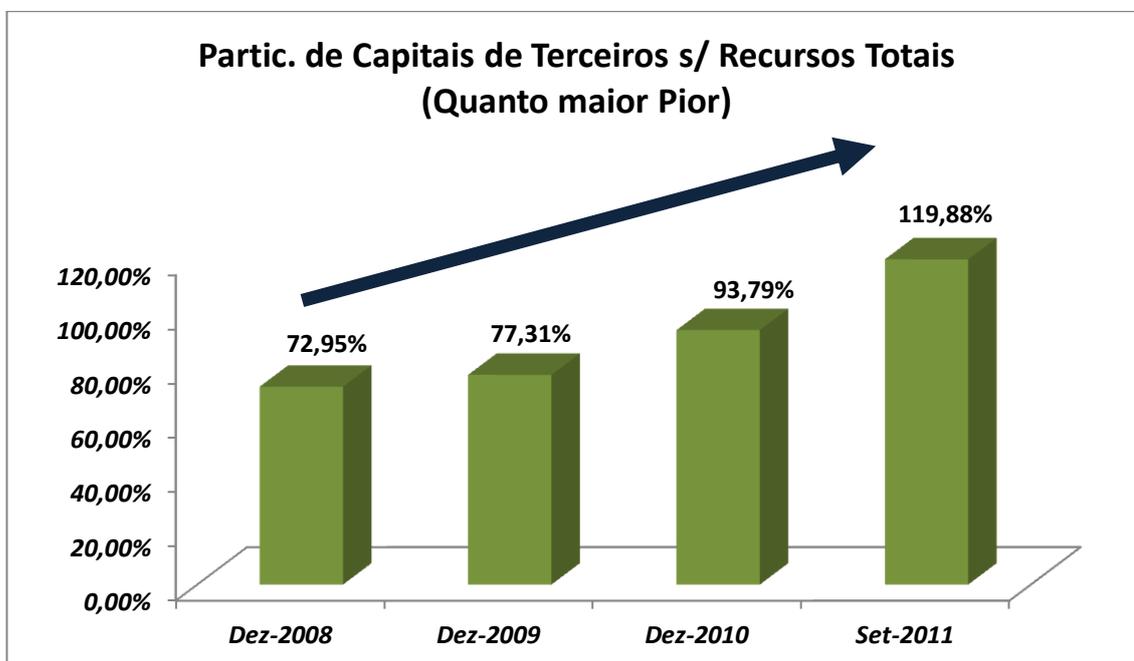
	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2010	30.09.2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	130,52%	154,96%	135,83%	134,14%
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-30,52%	-54,96%	-35,83%	-34,14%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Custos dos Produtos Vendidos	-52,14%	-68,62%	-67,49%	-74,86%
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	47,86%	31,38%	32,51%	25,14%
DESPESAS OPERACIONAIS	-47,99%	-34,22%	-38,14%	-68,91%
Despesas Administrativas	-9,88%	-16,06%	-12,09%	-35,94%
Despesas com Vendas	-23,56%	-23,13%	-20,38%	-19,85%
Despesas Tributárias	-0,49%	-0,56%	-0,43%	-0,56%
Receitas Financeiras	4,59%	22,38%	6,12%	3,94%
Despesas Financeiras	-18,65%	-16,86%	-11,35%	-16,52%
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	-0,13%	-2,84%	-5,64%	-43,77%
Receitas não Operacionais	0,25%	1,80%	0,39%	3,35%
Despesas não Operacionais	0,00%	0,00%	0,00%	-0,03%
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,12%	-1,04%	-5,24%	-40,45%
Contribuição Social	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
RESULTADO ANTES DA PROV. P/ IMPOSTO DE RENDA	0,12%	-1,04%	-5,24%	-40,45%
Provisão p/Imposto de Renda	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LUCRO (PREJUÍZO) LIQUIDO DO EXERCÍCIO	0,12%	-1,04%	-5,24%	-40,45%

Dentre as principais análises a serem feitas, podemos ressaltar o drástico aumento na rubrica “Despesas Operacionais”, que representavam em 2008 47,99% da receita líquida, terminando o exercício em Setembro de 2011 em 68,91%, fato este, que não acompanhou a oscilação do faturamento.

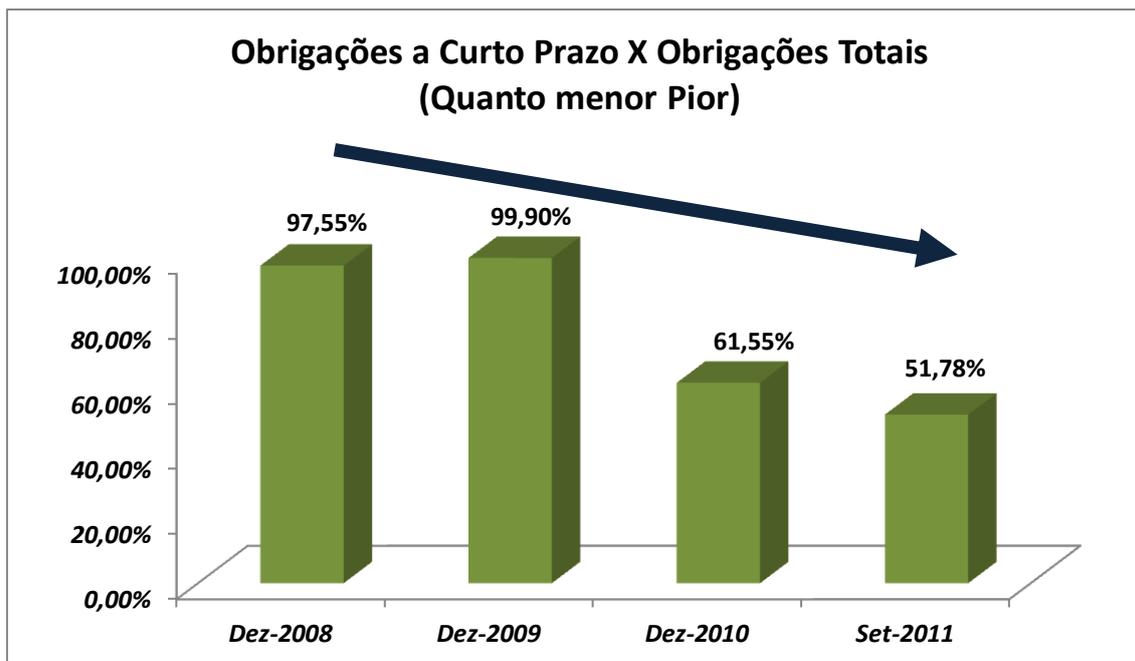
5.3.3. ANÁLISE DOS ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

QUADRO - RESUMO DOS ÍNDICES ECONÔMICO - FINANCEIROS							
ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO							
ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA	INTERPRETAÇÃO	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2010	30.09.2011
Participação de Capitais de Terceiros sobre Recursos Totais	Capital de Terceiros	Quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada \$ 1,00 de capital próprio	Quanto menor melhor	72,95%	77,31%	93,79%	119,88%
	Capital de Terceiros + Capital Próprio						
Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros	Capital Próprio	Quanto a empresa possui de capital próprio para garantir o capital de terceiros	Quanto maior melhor	0,37	0,29	0,07	-0,17
	Capital de Terceiros						
Composição de Endividamento	Passivo Circulante	Qual o percentual de obrigações a curto prazo em relação as obrigações totais	Quanto menor melhor	97,55%	99,90%	61,55%	51,78%
	Capital de Terceiros						

Ao analisarmos o Índice de Endividamento, podemos perceber que a Empresa aumentou sensivelmente sua necessidade de alavancagem com Capital de Terceiros, o que afeta seus resultados, uma vez que adiciona aos seus custos o alto índice de despesas financeiras.



A análise do próximo indicador, nos leva a concluir que a empresa trocou o perfil de seu endividamento de curto para longo prazo, o que nos leva a concluir que seu comprometimento com fornecedores e capital de terceiros (Bancos e Instituições Financeiras), foi aumentado, fato que representa aumento também nos custos da operação.

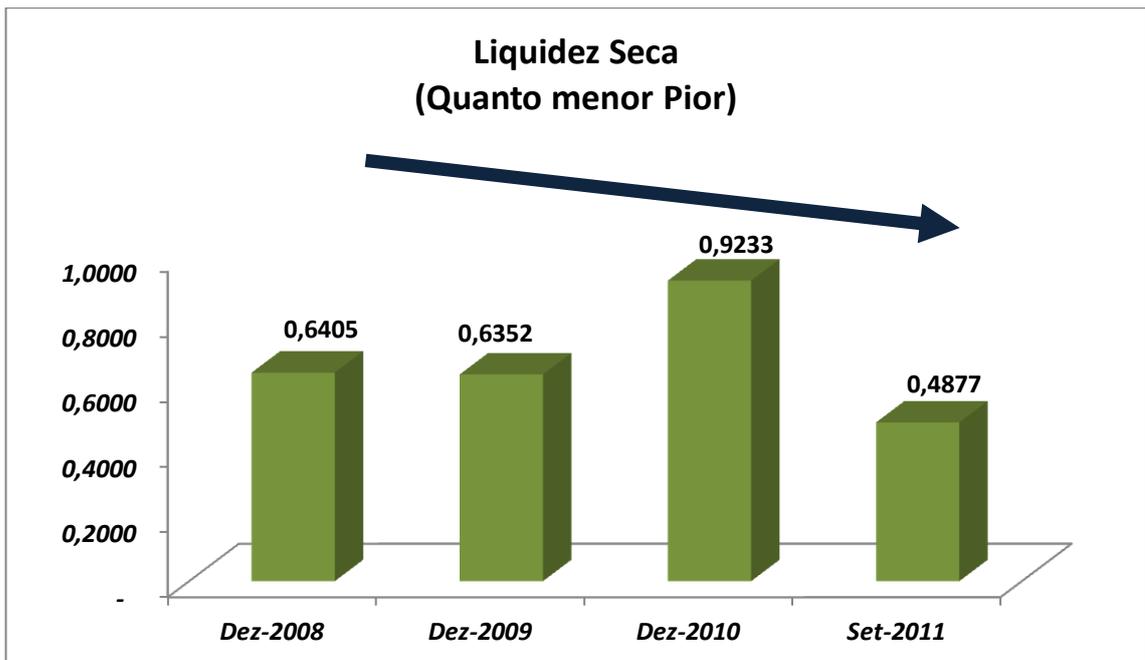
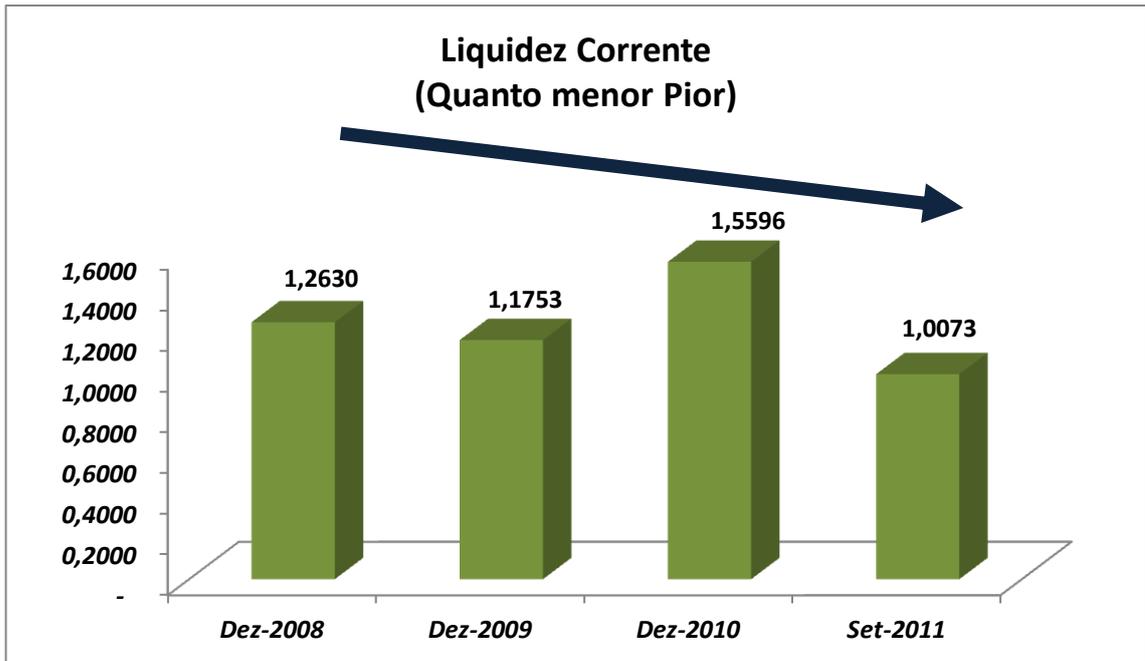


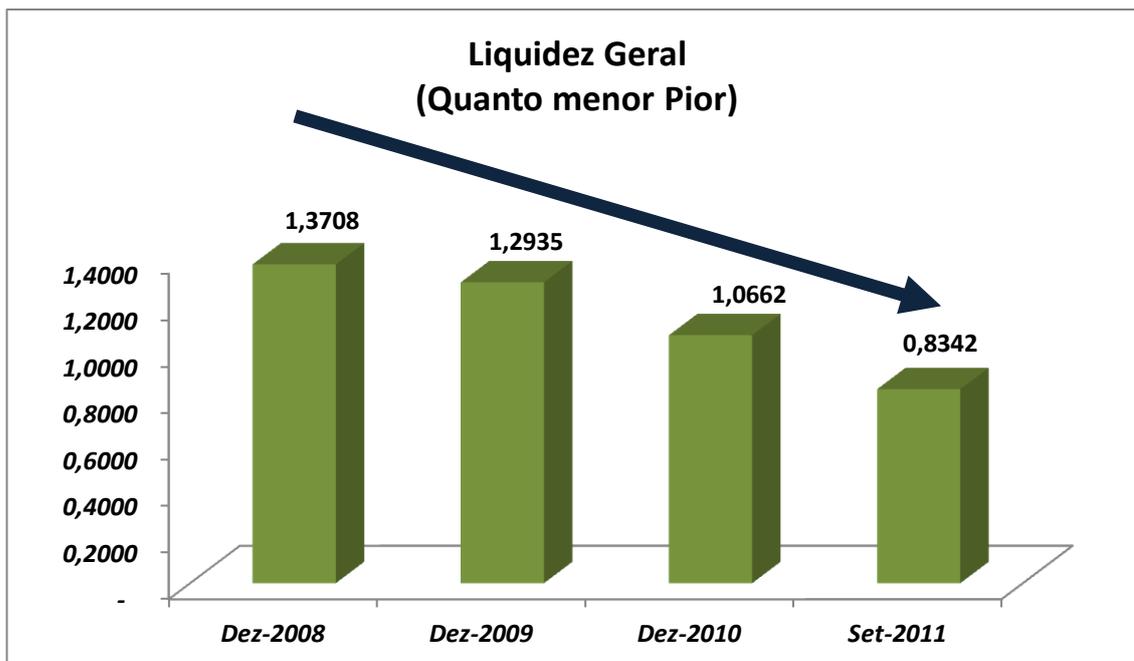
5.3.4. ANÁLISE DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Ao analisarmos os Índices de Liquidez, percebemos claramente uma piora em , conforme, demonstrado no quadro abaixo.

QUADRO - RESUMO DOS ÍNDICES ECONÔMICO - FINANCEIROS							
ÍNDICES DE LIQUIDEZ							
ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA	INTERPRETAÇÃO	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2010	30.09.2011
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	Quanto a empresa tem de Ativo Circulante para cada \$ 1,00 de Passivo Circulante	Quanto maior melhor	1,2630	1,1753	1,5596	1,0073
	Passivo Circulante						
Liquidez Seca	Ativo Circulante - Estoque	Quanto a empresa tem de Ativo Líquido para cada \$ 1,00 de Passivo Circulante	Quanto maior melhor	0,6405	0,6352	0,9233	0,4877
	Passivo Circulante						
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Ativo Não-Circulante	Quanto a empresa tem de Ativo Circulante + Ativo Não-Circulante para cada \$ 1,00 de dívida total	Quanto maior melhor	1,3708	1,2935	1,0662	0,8342
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante						
Liquidez Imediata	Disponível	Quanto a empresa tem de disponível para cada \$ 1,00 de Passivo Circulante	Quanto menor melhor	0,0529	0,0781	0,2617	0,0748
	Passivo Circulante						

Para analisarmos os índices de liquidez, devemos adotar a premissa de que a liquidez da empresa piora na medida em que os valores se afastam negativamente do número índice 1 (Valores menores que 1).





5.3.5. ANÁLISE DOS ÍNDICES DE NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO

De maneira geral, ao analisarmos os índices de endividamento e liquidez, além da necessidade de capital de giro da empresa, conforme quadro abaixo, torna-se clara a necessidade do pedido de Recuperação Judicial, passando a dívida para o Exigível a Longo Prazo, permitindo que a empresa se restabeleça e volte a pagar sua dívida.

QUADRO - RESUMO DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS							
ÍNDICES DE ATIVIDADE							
ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA	INTERPRETAÇÃO	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2010	30.09.2011
Necessidade de Capital de Giro	$\frac{\text{Ativo Circulante Cíclico} - \text{Passivo Circulante Cíclico}}{\text{Ciclo Financeiro}}$	Qual o montante do		26.413.344	18.413.791	23.144.510	22.995.984

Fato importante a ser observado é que a necessidade de capital de giro tende a mesma ordem de grandeza dos débitos junto a fornecedores e Instituições Financeiras, inscritos na Recuperação Judicial. Assim o alongamento do endividamento acarretará em uma recuperação judicial plena da liquidez e da capacidade de pagamento da empresa.

5.4. ETAPA QUANTITATIVA – VIABILIDADE DE RECUPERAÇÃO

Este plano de recuperação será viabilizado com a consolidação das estratégias comerciais, produção e administrativas e financeiras. Várias ações assertivas já foram implementadas com resultados positivos. As ações que ainda não foram praticadas, não representam custo alto de investimento.

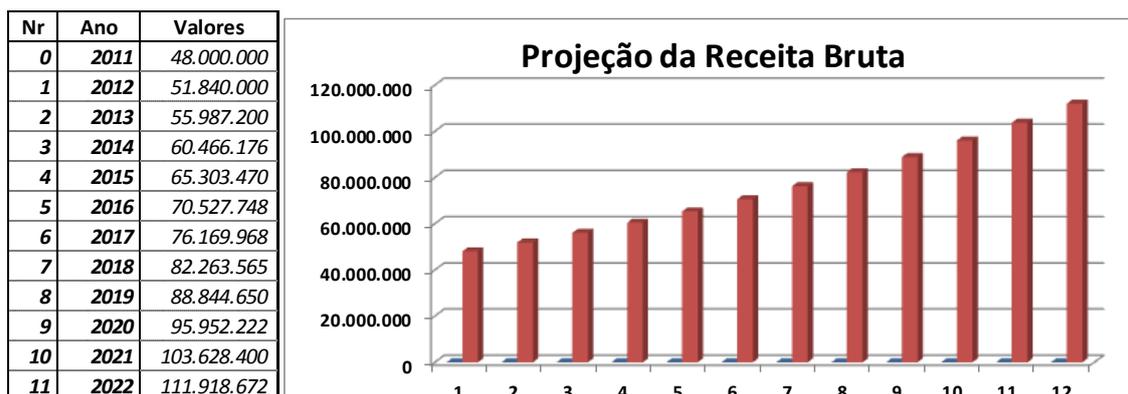
Como por exemplo, na área financeira, a empresa foi reestruturada com a orientação de um novo Gestor Financeiro, que ajustou os controles financeiros como:

- ✓ *Implantação de fluxos de Caixa passado e futuro;*
- ✓ *Negociações bancárias e controle de taxas de desconto;*
- ✓ *Otimização de captação de Recursos;*
- ✓ *Criação e cumprimento de metas financeiras e contábeis;*
- ✓ *Redução de mão de obra e níveis hierárquicos;*

A previsão de crescimento da Receita Bruta é resultado da expectativa positiva das ações sobre vendas e das estratégias a serem adotadas:

Fundamentados nas ações discriminadas neste plano, adotamos um crescimento conservador de receita bruta aplicando uma taxa de crescimento anual de 8%.

5.4.1. QUADRO DE PROJEÇÃO DA RECEITA BRUTA



5.4.2. PROJEÇÃO DE BALANÇOS PATRIMONIAIS E DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS

Conforme as projeções de vendas e custos obtidas durante o planejamento estratégico da empresa, foi traçado o cenário mais provável de resultados. As projeções a seguir foram realizadas também com base nos resultados obtidos no ano de 2010 (Vide Anexo II).

5.4.3. ANÁLISE DAS PROJEÇÕES

Ao analisarmos os índices de endividamento e liquidez formados com base na projeção acima, é nítida a percepção de que a Recuperação da empresa é viável.

QUADRO - RESUMO DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS															
ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO															
ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA	INTERPRETAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Participação de Capitais de Terceiros sobre Recursos Totais	Capital de Terceiros	Quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada \$ 1,00 de capital próprio	Quanto menor melhor	111,86%	107,79%	102,80%	96,93%	90,18%	82,59%	74,19%	65,01%	55,09%	46,45%	38,24%	30,40%
	Capital Próprio														
Garantia do Capital Próprio ao Capital de Terceiros	Capital Próprio	Quanto a empresa possui de capital próprio para garantir o capital de terceiros	Quanto maior melhor	-0,11	-0,07	-0,03	0,03	0,11	0,21	0,35	0,54	0,82	1,15	1,62	2,29
	Capital de Terceiros														
Composição de Endividamento	Passivo Circulante	Qual o percentual de obrigações a curto prazo em relação as obrigações totais	Quanto menor melhor	36,17%	38,48%	40,78%	43,13%	45,61%	48,33%	51,45%	55,23%	60,17%	69,78%	83,16%	90,80%
	Capital de Terceiros														

QUADRO - RESUMO DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS															
ÍNDICES DE LIQUIDEZ															
ÍNDICE	FÓRMULA	INDICA	INTERPRETAÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	Quanto a empresa tem de Ativo Circulante para cada \$ 1,00 de Passivo Circulante	Quanto maior melhor	1,7885	1,7731	1,7817	1,8138	1,8702	1,9542	2,0711	2,2299	2,4453	2,5503	2,6487	3,4893
	Passivo Circulante														
Liquidez Seca	Ativo Circulante - Estoque	Quanto a empresa tem de Ativo Líquido para cada \$ 1,00 de Passivo Circulante	Quanto maior melhor	0,6400	0,6325	0,6339	0,6440	0,6629	0,6918	0,7326	0,7885	0,8646	0,9730	1,0911	1,5406
	Passivo Circulante														
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Ativo Não-	Quanto a empresa tem de Ativo Circulante + Ativo Não-Circulante para cada \$ 1,00 de	Quanto maior melhor	0,8940	0,9278	0,9727	1,0317	1,1089	1,2108	1,3479	1,5382	1,8152	2,1529	2,6152	3,2896
	Passivo Circulante + Passivo Não-														
Liquidez Imediata	Disponível	Quanto a empresa tem de disponível para cada \$ 1,00 de Passivo Circulante	Quanto menor melhor	0,2574	0,2596	0,2653	0,2745	0,2876	0,3051	0,3282	0,3584	0,3986	0,5132	0,6415	0,9834
	Passivo Circulante														

Conforme tabela acima, identificamos uma melhora significativa em todos os índices de endividamento e liquidez uma vez que todos reduzem seus valores.

O índice de liquidez corrente apresenta uma evolução por conta de aumento no saldo da rubrica "Disponibilidade".

5.4.4. PREMISSAS ADOTADAS NAS PROJEÇÕES

As projeções mostram que a **BICAL – BIRIGUI CALÇADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, tem condições de reverter significativamente o quadro adverso que se apresenta atualmente. Para isso, foram adotadas as seguintes premissas:

- ✓ *Evolução do faturamento;*

- ✓ *Evolução dos custos de produção e despesas operacionais e financeiras, além da evolução dos estoques, compatível com a evolução do faturamento;*
- ✓ *Destinação de índice percentual crescente do faturamento bruto anual da empresa para pagamento dos credores das Classes II e III, habilitados na Recuperação Judicial a partir do terceiro ano após a aprovação do Plano de recuperação Judicial e sua efetiva homologação em juízo.*

5.5. PROPOSTA AOS CREDORES

Novação – Todos os créditos são novados por este Plano. Os créditos novados, após a aplicação das condições previstas no Plano, constituirão a denominada Dívida Reestruturada.

Quitação – Os pagamentos realizados na forma estabelecida neste Plano acarretarão a quitação plena, irrevogável e irretroatável, de todos os créditos novados de acordo com este Plano, de qualquer tipo e natureza contra a Recuperanda, inclusive, mas não exclusivamente, juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações quando aplicáveis. Com a ocorrência da quitação, os Credores serão considerados como tendo quitado, liberado e/ou renunciado todos e quaisquer créditos, e não mais poderão reclamá-los contra a Recuperanda, seus diretores, acionistas, sócios, funcionários, representantes, sucessores, cessionários e garantidores. O pagamento de eventuais créditos trabalhistas nos termos previstos neste Plano acarretará, também, a quitação de todas as obrigações decorrentes dos contratos de trabalho e/ou da legislação trabalhista.

Este Plano de recuperação propõe a concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas, conforme prevê o art. 50 da Lei 11.101/2005.

- a) *O Plano de recuperação ora apresentado propõe um provisionamento de parte de seu faturamento bruto, conforme demonstrado no quadro de Destinação Faturamento x Pagamento, para pagamentos anuais, destinados indistintamente aos credores classe II e III;*
- b) *O primeiro pagamento no primeiro ano subsequente a carência de dois anos após a data de homologação do plano e a homologação em juízo;*
- c) *Aos credores das classes II – Garantia Real e III – Quirografários, o presente plano prevê a liquidação em 12 (doze) Anos sendo 2 (dois) anos de carência mais 10 (dez) anos de amortização com deságio de 20%, pós-homologação.*

d) Alternativamente aos credores mencionados no item “C”, será disponibilizada a liquidação dos respectivos créditos no período de 8(oito) anos sendo 1(hum) ano de carência mais 7(sete) anos de amortização, mediante deságio de 60% sobre o valor consignado na relação de credores.

O índice de correção monetária proposto é o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Findo os prazos propostos estarão quitados os débitos sujeitos à recuperação judicial.

5.5.1. QUADRO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Classe	Valoriação R\$	Partic. RJ %
CLASSE I - TRABALHISTA	-	0,00%
CLASSE II - GARANTIA REAL	33.417.878,78	86,15%
CLASSE III - QUIROGRAFÁRIOS	5.370.708,91	13,85%
TOTAIS	38.788.587,69	100,00%

5.5.2. QUADRO DE EVOLUÇÃO DO SALDO DEVEDOR



6. DESALIAENAÇÃO DE IMOBILIZADO

A Recuperanda poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer momento, alienar, vender, locar, arrendar, remover, onerar ou oferecer em garantia quaisquer bens do seu ativo permanente, desde

que submeta a alienação em comento à aprovação dos Credores ou ao juízo recuperacional, comprovando, por necessário, a utilidade da operação para a viabilidade da recuperação ora em curso.

7. GARANTIAS PESSOAIS

7.1. LIBERAÇÃO DAS GARANTIAS PESSOAIS

Liberação das Garantias. A Homologação Judicial do Plano implicará, de forma automática e em caráter irrevogável e irretratável, na liberação e quitação de todos os garantidores, solidários e subsidiários, e seus sucessores e cessionários, por qualquer responsabilidade derivada de qualquer garantia fidejussória, inclusive, mas não exclusivamente, por força de fiança e aval, que tenha sido prestada a Credores para assegurar o pagamento de qualquer Crédito. As garantias fidejussórias remanescentes serão liberadas mediante a quitação dos Créditos nos termos deste Plano.

7.2. DIREITO DE REGRESSO DOS GARANTIDORES

Os garantidores que pagarem quaisquer valores aos Credores, antes ou depois da Homologação Judicial do Plano, sub-rogar-se-ão no seu Crédito, mas receberão nos termos, valores, prazos e forma estabelecidos pelo Plano para o pagamento do Crédito sub-rogado.

8. GARANTIAS REAIS

8.1. LIBERAÇÃO DE GARANTIAS REAIS

Todos os gravames, ônus e garantias reais e fiduciárias sobre bens e direitos do patrimônio da Recuperanda, constituídos para assegurar o pagamento de um crédito(inclusive hipotecas, penhores e alienação fiduciária em garantia), permanecerão em vigor até o pagamento dos Créditos de seus titulares nos termos deste Plano e serão automática, incondicional e irrevogavelmente liberados mediante a quitação dos Créditos nos termos deste Plano.

8.2. RENOVAÇÃO DE PENHOR DE RECEBÍVEIS E/OU TÍTULOS DE CRÉDITO

Os credores detentores de penhor de recebíveis e/ou títulos de crédito que não aceitarem a liberação de suas garantias reais terão seus recebíveis e/ou títulos de crédito renovados pela Recuperanda ou, na impossibilidade de renovação, substituídos por avais ou fianças, sendo vedada a retenção do produto financeiro de sua liquidação nos termos do artigo 49, parágrafo 5º, da Lei 11.101/05.

9. PÓS – HOMOLOGAÇÃO – EFEITOS DO PLANO

9.1. VINCULAÇÃO DO PLANO

As disposições do Plano vinculam a Recuperanda e seus credores, e os seus respectivos cessionários e ou sucessores, a partir da homologação judicial do plano.

9.2. CONFLITO COM DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

Na hipótese de haver conflito entre as disposições do plano e aquelas previstas nos contratos celebrados com quaisquer credores anteriormente ao pleito recuperacional, em relação à quaisquer obrigações da Recuperanda, sócios, administradores e ou garantidores (avalistas, fiadores e devedores solidários), especialmente, mas não exclusivamente, as de dar, fazer, não fazer, as disposições contidas no plano deverão, sempre, prevalecer.

9.3. PROCESSOS JUDICIAIS

Exceto se previsto de forma diversa neste plano, os Credores não mais poderão a partir da aprovação do plano:

I - Ajuizar ou prosseguir em qualquer ação ou processo judicial de qualquer tipo relacionado a qualquer crédito contra a Recuperanda;

II - Executar qualquer sentença judicial, decisão judicial ou sentença arbitral contra a Recuperanda relacionada a qualquer crédito;

III - Penhorar quaisquer bens da Recuperanda;

IV - Criar, aperfeiçoar ou executar qualquer garantia real sobre bens e direitos da Recuperanda;

V - Reclamar qualquer direito de compensação contra qualquer crédito devido à Recuperanda com seus créditos e

VI - Buscar satisfação de seus créditos por quaisquer outros meios. Todas as execuções judiciais em curso face à Recuperanda relativa aos créditos sujeitos aos efeitos da recuperação (todos os créditos cujos fatos geradores tenham ocorrido antes da distribuição do pleito recuperacional, mesmo que consolidados depois dele) serão extintas, e as penhoras e constrações existentes serão, em consequência, liberadas, o mesmo se aplicando face aos garantidores, devedores solidários, avalistas e ou fiadores da Recuperanda.

10. MODIFICAÇÃO DO PLANO

Modificação do Plano. Aditamentos, alterações ou modificações ao plano poderão ser propostas pela Recuperanda, vis à vis com a evolução do seu desempenho, consoante previsões expressas no plano, o que poderão ocorrer a qualquer momento após a homologação judicial do plano, desde que:

I - Tais aditamentos, alterações ou modificações sejam submetidas à votação soberana em Assembléia de Credores;

II - Sejam aprovadas pela Recuperanda;

III - Seja atingido o quórum de aprovação exigido pelos artigos 45 e 58, caput e parágrafo primeiro, da Lei 11.101/05.

11. EVENTO DE DESCUMPRIMENTO DO PLANO.

Este plano será considerado descumprido apenas na hipótese de mora, assim considerada o não pagamento cumulativo de duas parcelas consecutivas previstas no plano.

A mora só restará caracterizada se, vencida a parcela, a Recuperanda for notificada pelo(s) Credor(es), com prazo de 30 dias para purga da mora.

A notificação só será considerada válida se for endereçada para o endereço da sede da Recuperanda, aos cuidados dos seus representantes legais, com cópia confirmatória para o Dr. Roberto Carlos Keppler, Rua Bento de Andrade, 608, Jardim Paulista, CEP 04503-001.

12. CESSÕES

Cessão de Créditos. Os credores poderão ceder seus créditos a outros credores ou a terceiros, e a cessão produzirá efeitos desde que

I - A Recuperanda e o Juízo da Recuperação sejam informados; e

II - Os cessionários recebam e confirmem o recebimento de uma cópia do plano, reconhecendo que o crédito cedido estará sujeito às suas disposições mediante homologação judicial do plano.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A JMLIMA Assessoria Econômico Financeira, contratada para elaborar o Plano de Recuperação e dar seu parecer sobre a viabilidade econômico financeira da **BIRIGUI CALÇADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, acredita que as informações constantes neste Plano de Recuperação, evidenciam que a empresa é viável.

Baseada nas ações tomadas e nas estratégias sugeridas para a reestruturação apontadas, a **BIRIGUI CALÇADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA** será capaz de realizar suas operações como uma empresa viável e lucrativa.

A **JMLIMA** acredita que todos os credores terão maiores benefícios com a implementação deste plano de recuperação, uma vez que a proposta aqui analisada não agrega nenhum risco adicional aos credores. Observe que alguns credores já estão ativos em suas áreas de fornecimento junto a **BICAL – BIRIGUI CALÇADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, em uma condição totalmente virtuosa e com seus novos créditos sendo pagos em dia sem prejuízo de continuidade.

Desta forma informamos que após o cumprimento dos art. 61 e 63 da Lei 11.101/2005, a suplicante compromete-se a honrar com os demais pagamentos no prazo e na forma de seu plano devidamente homologado.

Birigui, 16 de dezembro de 2011.

João Carlos de Lima Neto

CORECON: 27.499-2 - 2ª Região - SP

C.R.C.: SP-134.653/0-2

JMLIMA Assessoria Econômico e Financeira S/C Ltda.

CORECON: 4140 - 2ª Região - SP

Proponentes:

BIRIGUI CALÇADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Silas Ibanhez Soares

RG n.º 8.024.247 SSP/SP

CPF/MF nº 031.021.978-76

Advogado das Recuperandas:

Nome: Roberto Carlos Keppler

OAB/SP: 68.931

ANEXO I (BALANÇO PATRIMONIAL E D.R.E.)

BICAL - BIRIGUI CALÇADOS IND. E COM. LTDA
CNPJ/MF: 45.377.272/0001-43

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31/12/2008, 31/12/2009, 31/12/2010 e 30/09/2011
Valores em reais

	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2010	30.09.2011
ATIVO	29.448.588	30.141.792	41.114.668	46.671.438
ATIVO CIRCULANTE	26.466.822	27.360.588	37.019.957	29.185.123
Caixa	228.797	258.286	292.862	310.271
Bancos c/Movimento	401.539	542.254	356.346	550.908
Bancos c/Especiais	-	-	5.014.235	-
Bancos c/Mercado Aberto	463.695	1.002.291	532.704	1.291.563
Valores em Moedas Estrangeiras	15.303	15.303	15.303	15.303
Estoques	13.045.321	12.574.909	15.104.622	15.055.204
Adiantamentos	103.031	1.110.344	1.264.888	1.247.341
Contas a Receber	40.100	36.325	(105.812)	10.352
Duplicatas a Receber	19.285.494	13.784.938	16.129.852	17.811.129
Duplicatas Descontadas	-	-	-	(2.252.505)
Saques de Exportação	(5.728.422)	(879.946)	(195.043)	(555.141)
Provisão p/Devedores Duvidosos	-	-	-	(2.970.000)
Bancos Conta Vendor	(3.567.860)	(4.798.334)	(6.658.898)	(6.167.667)
Bancos Conta Vinculada	322.581	322.581	542.834	801.188
Cheques a Receber	150.366	261.002	546.319	532.374
Cauções e Depósitos	45.917	45.917	45.917	45.917
Outros Direitos Realizáveis	60.170	60.170	60.170	59.166
Premios de Seguros a Vencer	45.875	57.788	97.295	126.038
Despesas Financ. a Apropriar	102.890	50.149	790.383	786.644
Tributos a Apropriar	1.352.531	1.410.321	1.552.150	1.552.150
Despesas Antecipadas	99.497	1.506.290	1.633.832	934.889
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	2.981.766	2.781.203	4.094.711	17.486.315
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	117.169	141.338	851.806	14.105.720
Depósitos	66.510	124.988	73.136	82.166
Outros Direitos Realizáveis	15.031	15.031	15.031	15.031
Desp. Financeiras a Longo Prazo	35.627	1.319	672.019	13.931.895
Outras Despesas a Apropriar	-	-	91.620	76.628
ATIVO PERMANENTE	2.864.597	2.639.866	3.242.905	3.380.595
Investimentos	2.102	2.102	2.102	2.102
Imobilizado	6.248.989	6.162.398	7.102.547	7.317.890
Depreciações Acumuladas	(4.561.876)	(4.702.016)	(5.039.961)	(5.126.921)
Diferido	1.175.381	1.177.381	1.178.216	1.187.523
PASSIVO	29.448.588	30.141.792	41.114.668	46.671.438
PASSIVO CIRCULANTE	20.955.845	23.278.765	23.736.182	28.972.849
Fornecedores	4.664.704	5.678.297	5.238.847	5.244.584
Cred. Representantes/Autonomos	(14.795)	(100.156)	(160.176)	16.383
Creditos Pro/Labore dos Socios	72.894	135.642	205.874	261.032
Contas a Pagar	1.232.779	2.272.729	2.706.516	4.311.746
Titulos a Pagar	-	-	-	41.087
Credores Diversos	1.988	(4.132)	(6.910)	5.870
Financ. De Capital Circulante	14.998.274	15.296.385	15.752.031	19.092.148
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	526.351	23.072	14.826.437	26.976.072
Credores Diversos	268.023	(16.035)	(29.964)	4.518.376
Financ. p/ o Ativo Permanente	258.328	39.107	(65.724)	452.606
Financ. De Capital Circulante	-	-	14.922.124	22.005.090
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.966.392	6.839.954	2.552.049	(9.277.482)
Capital Social	4.333.988	1.440.000	1.440.000	1.440.000
Reservas	2.183.335	4.183.335	4.183.335	(24.201)
Lucros ou Prejuizos Acumulados	1.410.533	1.449.069	(1.724.165)	(3.666.512)
Lucros ou Prejuizos do Período	38.535	(232.449)	(1.347.122)	(7.026.770)

BICAL - BIRIGUI CALÇADOS IND. E COM. LTDA

CNPJ/MF: 45.377.272/0001-43

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Exercícios findos em 31/12/2008, 31/12/2009, 31/12/2010 e 30/09/2011

Valores em Reais

	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2010	30.09.2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	41.637.664	34.504.087	34.907.968	23.305.010
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(9.735.472)	(12.237.542)	(9.208.969)	(5.931.950)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	31.902.191	22.266.546	25.698.999	17.373.060
Custos dos Produtos Vendidos	(16.633.412)	(15.279.057)	(17.345.056)	(13.005.507)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	15.268.779	6.987.488	8.353.942	4.367.553
DESPESAS OPERACIONAIS	(15.308.751)	(7.620.457)	(9.802.084)	(11.972.566)
Despesas Administrativas	(3.151.311)	(3.575.047)	(3.107.211)	(6.243.293)
Despesas com Vendas	(7.517.318)	(5.150.625)	(5.238.682)	(3.447.870)
Despesas Tributárias	(155.957)	(124.846)	(111.378)	(97.411)
Receitas Financeiras	1.464.755	4.984.079	1.572.157	685.336
Despesas Financeiras	(5.948.919)	(3.754.019)	(2.916.969)	(2.869.328)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(39.971)	(632.969)	(1.448.142)	(7.605.013)
Receitas não Operacionais	78.507	401.186	101.059	582.626
Despesas não Operacionais	-	(667)	(39)	(4.383)
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	38.535	(232.449)	(1.347.122)	(7.026.770)
Contribuição Social	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DA PROV. P/ IMPOSTO DE RENDA	38.535	(232.449)	(1.347.122)	(7.026.770)
Provisão p/Imposto de Renda	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	38.535	(232.449)	(1.347.122)	(7.026.770)

ANEXO II (PROJEÇÃO DE BALANÇOS PATRIMONIAIS E DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS)

BALANÇO PATRIMONIAL PROJETADO													
Empresa:	Bical - Birigui Caçados Ind. E Com. Ltda												
ATIVO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
ATIVO CIRCULANTE													
Caixa e Bancos	2.969.233	6.719.642	7.257.213	7.837.790	8.464.813	9.141.998	9.873.358	10.663.227	11.516.285	12.437.588	13.432.595	14.507.203	15.667.779
Aplicações Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.665.409	8.554.546	14.449.572
Duplicatas a Receber (M.L)	17.821.481	8.000.000	8.640.000	9.331.200	10.077.696	10.883.912	11.754.625	12.694.995	13.710.594	14.807.442	15.992.037	17.271.400	18.653.112
(-) Desconto de Duplicatas	-8.975.313	-3.200.000	-3.456.000	-3.732.480	-4.031.078	-4.353.565	-4.701.850	-5.077.998	-5.484.238	-5.922.977	-6.396.815	-6.908.560	-7.461.245
(+) Duplicatas a Receber no M.L (R.Líquido)	8.846.168	4.800.000	5.184.000	5.598.720	6.046.618	6.530.347	7.052.775	7.616.997	8.226.357	8.884.465	9.595.222	10.362.840	11.191.867
Duplicatas a Receber M.E.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Desconto por A.C.C.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(+) Duplicatas a Receber M.E.(R.Líquido)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa	-2.970.000	-1.333.223	-1.439.880	-1.555.071	-1.679.476	-1.813.835	-1.958.941	-2.115.657	-2.284.909	-2.467.702	-2.665.118	-2.878.327	-3.108.594
Estoques	15.055.204	29.983.237	31.881.290	33.907.698	36.071.620	38.382.898	40.852.106	43.490.608	46.310.611	49.325.244	52.548.612	55.995.883	59.683.365
Adiantamento a Fornecedores	1.247.341	2.484.146	2.641.402	2.809.292	2.988.575	3.180.067	3.384.644	3.603.247	3.836.888	4.086.653	4.353.713	4.639.323	4.944.836
Diversos Créditos de Curto Prazo	4.037.177	4.037.177	4.037.177	4.037.177	4.037.177	4.037.177	4.037.177	4.037.177	4.037.177	4.037.177	4.037.177	4.037.177	4.037.177
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	29.185.123	46.690.979	49.561.202	52.635.606	55.929.327	59.458.653	63.241.119	67.295.600	71.642.408	76.303.425	81.067.410	86.121.644	91.866.002
ATIVO REALIZÁVEL A LG PRAZO													
Mútuo com controladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diversos Créditos de LG Prazo	14.105.720	14.105.720	14.105.720	14.105.720	14.105.720	14.105.720	14.105.720	14.105.720	14.105.720	14.105.720	14.105.720	14.105.720	14.105.720
TOTAL DO REAL LG PRAZO	14.105.720	14.105.720	14.105.720	14.105.720	14.105.720	14.105.720	14.105.720	14.105.720	14.105.720	14.105.720	14.105.720	14.105.720	14.105.720
ATIVO PERMANENTE													
Coligadas e Controladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Total de Controladas e Coligadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Investimentos	2.102	2.102	2.102	2.102	2.102	2.102	2.102	2.102	2.102	2.102	2.102	2.102	2.102
Imobilizado Bruto	7.317.890	7.663.447	7.663.447	7.663.447	7.663.447	7.663.447	7.663.447	7.663.447	7.663.447	7.663.447	7.663.447	7.663.447	7.663.447
(+) Imobilização em Andamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Depreciação Acumulada	-5.126.921	-5.126.921	-5.126.921	-5.126.921	-5.126.921	-5.126.921	-5.126.921	-5.126.921	-5.126.921	-5.126.921	-5.126.921	-5.126.921	-5.126.921
(%) Total do Imobilizado	2.190.969	2.536.527	2.536.527	2.536.527	2.536.527	2.536.527	2.536.527	2.536.527	2.536.527	2.536.527	2.536.527	2.536.527	2.536.527
Diferido	1.187.523	1.187.523	1.187.523	1.187.523	1.187.523	1.187.523	1.187.523	1.187.523	1.187.523	1.187.523	1.187.523	1.187.523	1.187.523
(-) Amortização Acumulada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(+) Saldo Líquido do Diferido	1.187.523	1.187.523	1.187.523	1.187.523	1.187.523	1.187.523	1.187.523	1.187.523	1.187.523	1.187.523	1.187.523	1.187.523	1.187.523
TOTAL DO PERMANENTE	3.380.594	3.726.152	3.726.152	3.726.152									
ATIVO TOTAL	46.671.438	64.522.851	67.393.074	70.467.478	73.761.199	77.290.525	81.072.991	85.127.472	89.474.281	94.135.297	102.799.482	113.050.516	124.697.874
BALANÇO PATRIMONIAL PROJETADO													
Empresa:	Bical - Birigui Caçados Ind. E Com. Ltda												
Em R\$-31/12/2010													
PASSIVO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
PASSIVO CIRCULANTE													
Fornecedores	5.244.584	10.444.868	11.106.068	11.811.981	12.565.798	13.370.948	14.231.114	15.150.254	16.132.622	17.182.790	18.305.673	19.506.553	20.791.113
Impostos a Pagar	2.154.796	3.154.195	3.406.531	3.679.053	3.973.377	4.291.247	4.634.547	5.005.311	5.405.796	5.838.195	6.305.250	6.809.670	7.354.444
Salários e Encargos a Pagar	2.152.616	2.152.616	2.152.616	2.152.616	2.152.616	2.152.616	2.152.616	2.152.616	2.152.616	2.152.616	2.152.616	2.152.616	2.152.616
Imposto de Renda a Pagar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contribuição Social a Pagar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Participações a Pagar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adiantamento de Clientes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos:													
Empréstimos em Moeda Nacional	19.092.148	10.025.405	10.957.880	11.569.296	11.815.641	11.648.524	11.014.802	9.856.136	8.108.546	5.701.915	6.224.851	7.151.608	0
Empréstimos em Moeda Estrangeira	19.092.148	10.025.405	10.957.880	11.569.296	11.815.641	11.648.524	11.014.802	9.856.136	8.108.546	5.701.915	6.224.851	7.151.608	0
Empréstimos do BNDES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Securitização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mútuo com controladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diversos Débitos de Curto Prazo	328.704	328.704	328.704	328.704	328.704	328.704	328.704	328.704	328.704	328.704	328.704	328.704	328.704
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	28.972.849	26.105.788	27.951.799	29.541.651	30.836.136	31.792.040	32.361.783	32.493.021	32.128.224	31.204.220	33.317.094	35.949.152	30.626.877
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO													
Empréstimos	19.696.440	38.788.588	37.409.446	35.621.513	33.378.267	30.628.822	27.317.549	23.383.665	18.760.790	13.376.459	7.151.608	0	0
Empréstimos em Moeda Nacional	19.696.440	38.788.588	37.409.446	35.621.513	33.378.267	30.628.822	27.317.549	23.383.665	18.760.790	13.376.459	7.151.608	0	0
Empréstimos em Moeda Estrangeira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos do BNDES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Securitização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diversos Débitos de Longo Prazo	7.279.632	7.279.632	7.279.632	7.279.632	7.279.632	7.279.632	7.279.632	7.279.632	7.279.632	7.279.632	7.279.632	7.279.632	7.279.632
TOTAL DO EXIGÍVEL A LG PRAZO	26.976.072	46.068.220	44.689.078	42.901.145	40.657.899	37.908.454	34.597.181	30.663.297	26.040.422	20.656.091	14.431.240	7.279.632	7.279.632
PATRIMÔNIO LÍQUIDO													
Capital e Reservas	1.415.799	1.415.799	1.415.799	1.415.799	1.415.799	1.415.799	1.415.799	1.415.799	1.415.799	1.415.799	1.415.799	1.415.799	1.415.799
Lucro/Prejuízo Acumulado	-10.693.282	-9.066.955	-6.663.602	-3.391.117	851.364	6.174.232	12.698.218	20.555.354	29.889.836	40.859.187	53.635.349	68.405.933	85.375.566
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-9.277.483	-7.651.156	-5.247.803	-1.975.318	2.267.163	7.590.031	14.114.027	21.971.153	31.305.635	42.274.986	55.051.148	69.821.732	86.791.265
PASSIVO TOTAL	46.671.438	64.522.851	67.393.074	70.467.478	73.761.199	77.290.525	81.072.991	85.127.472	89.474.281	94.135.297	102.799.482	113.050.516	124.697.874

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Empresa:	Bical - Biriqui Calçados Ind. E Com. Ltda												
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Receita Bruta de Vendas Internas	23.305.010	48.000.000	51.840.000	55.987.200	60.466.176	65.303.470	70.527.748	76.169.968	82.263.565	88.844.650	95.952.222	103.628.400	111.918.672
Receita Bruta de Vendas Externas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Receita Total de Vendas	23.305.010	48.000.000	51.840.000	55.987.200	60.466.176	65.303.470	70.527.748	76.169.968	82.263.565	88.844.650	95.952.222	103.628.400	111.918.672
(-) Impostos	-5.931.950	-8.683.200	-9.377.856	-10.128.084	-10.938.331	-11.813.398	-12.758.470	-13.779.147	-14.881.479	-16.071.997	-17.357.757	-18.746.378	-20.246.088
(=) Vendas Líquidas	17.373.060	39.316.800	42.462.144	45.859.116	49.527.845	53.490.072	57.769.278	62.390.821	67.382.086	72.772.653	78.594.465	84.882.022	91.672.584
(-) CPV	-13.005.507	-25.901.157	-27.540.799	-29.291.320	-31.160.634	-33.157.242	-35.290.279	-37.569.561	-40.005.634	-42.609.838	-45.394.359	-48.372.300	-51.557.746
Custos Fixos	-13.005.507	-12.973.793	-13.163.117	-13.240.630	-13.330.610	-13.900.816	-14.493.339	-15.108.866	-15.748.083	-16.411.683	-17.100.352	-17.814.772	-18.555.618
Custos Variáveis	0	-12.927.364	-14.377.682	-16.050.690	-17.830.024	-19.256.426	-20.796.940	-22.460.695	-24.257.551	-26.198.155	-28.294.007	-30.557.528	-33.002.130
(=) Lucro Bruto	4.367.553	13.415.643	14.921.345	16.567.795	18.367.211	20.332.830	22.478.999	24.821.259	27.376.452	30.162.815	33.200.106	36.509.722	40.114.836
(-) Despesas Comerciais	-3.447.870	-4.876.050	-4.882.593	-5.273.200	-5.695.056	-6.150.661	-6.642.714	-7.174.131	-7.748.061	-8.367.906	-9.037.339	-9.760.326	-10.541.152
(-) Despesas Administrativas	-6.340.704	-6.127.700	-6.617.916	-7.147.350	-7.924.455	-8.558.412	-9.243.085	-9.358.623	-10.781.134	-11.643.624	-11.789.170	-12.732.303	-13.750.888
(-) Outras Receitas/Despesas Operacionais	0	-305.566	-519.261	-529.646	-540.239	-551.044	-562.065	-573.306	-584.772	-596.468	-608.397	-620.565	-632.976
(=) Lucro da Atividade	-5.421.021	2.106.327	2.901.575	3.617.599	4.207.460	5.072.714	6.031.136	7.015.199	8.262.485	9.554.816	11.765.200	13.396.528	15.189.820
(=) Receitas Financeiras	685.336	0	20.366	36.810	49.172	69.293	91.759	135.235	144.629	175.536	233.031	492.738	830.015
(-) Despesas Financeiras	-2.869.328	-480.000	-518.400	-559.872	-604.662	-653.035	-705.277	-761.700	-822.636	-888.447	-959.522	-1.036.284	-1.119.187
(-) Variações Monetárias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(=) Lucro Operacional	-7.605.013	1.626.327	2.403.540	3.094.537	3.651.970	4.488.972	5.417.618	7.088.735	7.584.478	8.841.906	11.038.709	12.852.982	14.900.648
(=) Equivalência Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(=) Resultados Não Operacionais	578.243	0	-187	177.948	590.511	833.895	1.106.379	768.391	1.750.004	2.127.445	1.737.453	1.917.603	2.068.984
(=) Resultado Venda de Ativos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Amortização do Diferido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(=) Lucro antes da Cont.Social	-7.026.770	1.626.327	2.403.353	3.272.485	4.242.481	5.322.867	6.523.997	7.857.126	9.334.482	10.969.351	12.776.162	14.770.585	16.969.632
(-) Cont. Social Operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Cont. Social não Operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(=) Lucro antes do I.R.	-7.026.770	1.626.327	2.403.353	3.272.485	4.242.481	5.322.867	6.523.997	7.857.126	9.334.482	10.969.351	12.776.162	14.770.585	16.969.632
(-) Provisão p/ I.R. Operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Provisão p/ I.R. não Operacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(=) Lucro Líquido após o I.R.	-7.026.770	1.626.327	2.403.353	3.272.485	4.242.481	5.322.867	6.523.997	7.857.126	9.334.482	10.969.351	12.776.162	14.770.585	16.969.632
(-) Provisão p/ Participações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(=) Lucro Líquido após Participações	-7.026.770	1.626.327	2.403.353	3.272.485	4.242.481	5.322.867	6.523.997	7.857.126	9.334.482	10.969.351	12.776.162	14.770.585	16.969.632
(-) Provisão p/ Dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(=) Lucro Disponível do Período	-7.026.770	1.626.327	2.403.353	3.272.485	4.242.481	5.322.867	6.523.997	7.857.126	9.334.482	10.969.351	12.776.162	14.770.585	16.969.632

FLUXO DE CAIXA PROJETADO POR PERÍODO

Empresa:	Bical - Birigui Calçados Ind. E Com. Ltda												
	ANO 0	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12
Vendas Brutas	14.653.627	57.515.915	50.680.739	54.766.354	59.179.441	63.946.210	69.094.970	74.656.292	80.663.193	87.151.335	94.159.230	101.728.472	109.909.984
(-) Impostos	-5.429.289	-7.683.801	-9.125.520	-9.855.562	-10.644.007	-11.495.528	-12.415.170	-13.408.383	-14.481.054	-15.639.538	-16.890.701	-18.241.958	-19.701.314
(=) Vendas Líquidas	9.224.338	49.832.114	41.555.219	44.910.792	48.535.434	52.450.683	56.679.800	61.247.908	66.182.139	71.511.797	77.268.528	83.486.515	90.202.670
(-) Custo dos Produtos Vendidos	-11.880.119	-35.628.906	-28.777.652	-30.611.815	-32.570.739	-34.663.370	-36.899.322	-39.288.923	-41.843.269	-44.574.302	-47.494.845	-50.618.690	-53.960.670
(=) Lucro Bruto	-2.655.781	14.203.207	12.777.566	14.298.977	15.964.695	17.787.313	19.780.478	21.958.985	24.338.870	26.937.494	29.773.683	32.867.824	36.241.999
(-) Despesas Comerciais	-477.870	-6.512.828	-4.775.935	-5.158.010	-5.570.651	-6.016.303	-6.497.607	-7.017.416	-7.578.809	-8.185.114	-8.839.923	-9.547.117	-10.310.886
(-) Despesas Administrativas	-6.340.704	-6.127.700	-6.617.916	-7.147.350	-7.924.455	-8.558.412	-9.243.085	-9.958.623	-10.781.134	-11.643.624	-12.549.170	-13.497.303	-14.500.888
(-) Pgtto do LR, Oper. e Cont. Social - Ex. Anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Investimentos p/ Man. da Capacid.	0	-345.557	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Depreciação	345.557	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(+) Variação Adiantamentos de Clientes/Fornecedores	17.547	-1.236.805	-157.256	-167.890	-179.283	-191.492	-204.577	-218.603	-233.640	-249.766	-267.060	-285.610	-305.512
(-) Variação no Disponível	3.785.050	-3.750.409	-537.571	-580.577	-627.023	-677.185	-731.360	-789.869	-853.058	-921.303	-995.007	-1.074.608	-1.160.576
(=) Fluxo de Caixa Operacional Sem Res. Financeiro	-5.326.201	-3.770.092	688.888	1.245.150	1.663.283	2.343.921	3.103.850	4.574.475	4.892.229	5.937.688	7.882.524	9.228.186	10.714.137
(=) Fluxo de Caixa Operacional Com Res. Financeiro		-3.770.092	709.253	1.281.960	1.712.454	2.413.215	3.195.609	4.709.710	5.036.858	6.113.223	8.115.555	9.500.999	11.030.880
(+) Variação nos Diversos Créditos de CP e LP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Novos empréstimos a controladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Pgtto. IR e Cont. Social n/ Oper - Ex. Anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Pgtto. Participações e Dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Adições ao Ativo Permanente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Pagamento dos juros de Empréstimos	-480.000	-518.400	-559.872	-604.662	-653.035	-705.277	-761.700	-822.636	-888.447	-959.522	-1.036.284	-1.119.187	
(-) Amortização de Empréstimos	0	0	-1.379.142	-1.787.933	-2.243.246	-2.749.445	-3.311.273	-3.933.884	-4.622.876	-5.384.330	-6.224.851	-7.151.608	
(+) Recebimento de Créditos de controladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(+) Recebimento dos juros de controladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(+) Variação nos Diversos Débitos de CP e LP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(+) Desconto de duplicatas no M.I. e M.E.	-5.775.313	256.000	276.480	298.598	322.486	348.285	376.148	406.240	438.739	473.838	511.745	552.685	
(+) Venda de Permanente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(+) Novos empréstimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(+) Resultados não Operacionais	0	-187	177.948	590.511	833.895	1.106.379	768.391	1.750.004	2.127.445	1.737.453	1.917.603	2.068.984	
(+) Integralização de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Amortização de Necessidade de Caixa Ex. Anterior	0	-10.025.405	-9.578.738	-9.781.364	-9.572.395	-8.899.079	-7.703.528	-5.922.252	-3.485.670	-317.585	0	0	0
(-) Pgtto de Juros s/Necessidade de Caixa Ex. Anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(+) Receita Financeira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	219.925	513.273
= Fluxo de Caixa do Período	-10.025.405	-9.578.738	-9.781.364	-9.572.395	-8.899.079	-7.703.528	-5.922.252	-3.485.670	-317.585	3.665.409	4.889.137	5.895.026	
(-) Pgtto IR e Cont. Social no Exercício - Oper.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Pgtto IR e Cont. Social no Exercício - N. Oper.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(+) Resgate de Aplicação Financeira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.665.409	8.554.546
(+) Novos Empréstimos Moeda Nacional	10.025.405	9.578.738	9.781.364	9.572.395	8.899.079	7.703.528	5.922.252	3.485.670	317.585	0	0	0	0
(=) Disponível para Aplicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.665.409	8.554.546	14.449.572	

TAXA INTERNA DE RETORNO	ANO 0	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12
Fluxo de Caixa s/ Projeto		-5.326.201	-5.326.201	-5.326.201	-5.326.201	-5.326.201	-5.326.201	-5.326.201	-5.326.201	-5.326.201	-5.326.201	-5.326.201	-5.326.201
Fluxo de Caixa c/ Projeto		-3.770.092	688.888	1.245.150	1.663.283	2.343.921	3.103.850	4.574.475	4.892.229	5.937.688	7.882.524	9.228.186	10.714.137
Fluxo de Caixa Incremental		1.556.109	6.015.089	6.571.351	6.989.483	7.670.122	8.430.051	9.900.676	10.218.429	11.263.888	13.208.725	14.554.387	16.040.338